

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA N° 2742/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
CONCEDER ao Promotor de Justiça FREDERICO AUGUSTO DE MORAIS FREIRE, 30 (trinta) dias restantes de Licença-Prêmio, referentes ao triênio 2008/2011, de acordo com o art. 138 da Lei Complementar n.º 057/06, de 6/7/2006, e autorizar o gozo no período de 1º a 30/6/2016.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 11 de maio de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício

Protocolo 966949

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA N° 2932/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E :
CONCEDER aos membros abaixo discriminados licença para tratamento de saúde, com fulcro no art. 129 da Lei Complementar Estadual nº. 057, de 6/7/2006.

NOME	PERÍODO
ARNALDO CÉLIO DA COSTA AZEVEDO	2 a 4/5/2016
BRUNO SARAVALLI RODRIGUES	29/4 a 5/5/2016
HÉLIO RUBENS PINHO PEREIRA	2 a 4/5/2016
PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JUNIOR	25 a 26/4/2016

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 17 de maio de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,
com delegação de Procurador-Geral de Justiça

(PORTARIA N° 4574/2013-MP/PGJ)

Protocolo 966951

DESIGNAR SERVIDOR

PORTARIA N° 2740/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO os termos do Ofício Circular nº 006/2016-GS/SEDEME, expedido em 11 de fevereiro de 2016, protocolizado sob o nº 8731/2016, em 12 de fevereiro de 2016;
CONSIDERANDO a necessidade de espaços de diálogo interinstitucional com o objetivo de identificar problemas e estabelecer estratégias visando o desenvolvimento sustentável do Estado do Pará,
R E S O L V E :
DESIGNAR os seguintes membros e servidores para, representando o Ministério Público do Estado do Pará, comporem o Grupo de Trabalho Tapajós, instituído pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará, em conjunto com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, os municípios afetados (Itaituba, Rurópolis, Aveiro, Trairão, Jacareacanga e Novo Progresso) e esta Instituição:

Membro/Servidor	Função
FÁBIA DE MELO-FOURNIER	Representante Titular
LILIAN REGINA FURTADO BRAGA	Representante Suplente
WILSON DE OLIVEIRA	Monitoramento de Fiscalização
RAFAELA DE NAZARÉ SILVA DA SILVA	Regulação Ambiental e Minerária
REGIANE REGO TAPAJÓS	Política Social e Econômica
LAYSE GORETTI BASTOS BARBOSA	Recuperação de Áreas Degradadas
PATRÍCIA GUEDES DA SILVA	Desenvolvimento de Tecnologia e Inovação

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 11 de maio de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, e.e.

Protocolo 966941

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A CONTRATO

NO DO TERMO ADITIVO: 30

NO DO CONTRATO: 024/2013-MP/PA

Objeto do Contrato: Locação de imóvel situado à Av. Gilberto Carvelli, Lote 24, Qd. 32, Centro, Santana do Araguaia-PA, que será utilizado como sede da PJ de Santana do Araguaia-PA.

Valor do Contrato Original: R\$ 12.924,00.

Modalidade de Licitação: Dispensa 008/2013-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Sra. Nerides Gomes dos Santos.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de Vigência.

Valor do Aditamento: -.

Data de Assinatura: 25/05/2016.

Vigência do Aditamento: 28/05/2016 a 27/05/2017.

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332. Elemento de despesa: 3390-36. Fonte de Recurso: 0101.

Ordenador Responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Aditivos Anteriores: 1º TA: Prorrogação do Prazo de Vigência (DOE. 26/05/2014), 2º TA: Prorrogação do Prazo de Vigência (DOE. 03/06/2015).

Protocolo 966724

FÉRIAS

PORTARIA N° 2741/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

I - ALTERAR o 1º período de férias do Promotor de Justiça DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO, estabelecidas pela Portaria n.º 7855/2015-MP/PGJ, no período de 25/4 a 24/5/2016, para gozo no período de 1º a 30/6/2016.

II - CONCEDER ao Promotor de Justiça DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO, 30 (trinta) restantes de Licença-Prêmio, referentes ao triênio 2004/2007, de acordo com o art. 138 da Lei Complementar n.º 057/2006, de 6/7/2006, e autorizar o gozo no período de 25/4 a 24/5/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 11 de maio de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 2743/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

ALTERAR o 2º período de férias do Promotor de Justiça ALDO DE OLIVEIRA BRANDÃO SAIFE, Ouvidor-Geral do Ministério Público, estabelecidas pela PORTARIA Nº 7855/2016-MP/PGJ, em 3/10 a 1º/11/2016, para gozo no período de 2 a 31/5/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 5 de maio de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 2744/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E :

I - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Promotor de Justiça ERNESTINO ROOSEVELT SILVA PANTOJA, estabelecidas pela PORTARIA Nº 2466/2016-MP/PGJ, no período de 27/6 a 26/7/2016, para gozo oportuno.

II - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Promotora de Justiça MYRNA GOUVEIA DOS SANTOS, estabelecidas pela PORTARIA Nº 2132/2016-MP/PGJ, no período de 14/3 a 12/4/2016, a contar de 30/3/2016, para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 11 de maio de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 2935/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

ALTERAR o período de férias do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, estabelecidas pela PORTARIA Nº 7855/2015-MP/PGJ, de 15/12/2015, conforme quadro:

PROTOCOLO	NOME	EXERCÍCIO	PERÍODO ANTIGO	PERÍODO NOVO
22721/2016	WILTON NERY DOS SANTOS	2015/2016	2 a 31/5/2016	16/5 a 14/6/2016

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 17 de maio de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,

com delegação de Procurador-Geral de Justiça

(PORTARIA N° 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.º 2936/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

I - CONCEDER à Promotora de Justiça SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME, 30 (trinta) dias de férias, referentes ao exercício 2011/2012, e autorizar o gozo no período de 23/2 a 23/3/2016.

II - CONCEDER à Promotora de Justiça SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME, 30 (trinta) dias de férias, referentes ao exercício 2012/2013, e autorizar o gozo no período de 28/3 a 26/4/2016.

III - ALTERAR o 2º período de férias da Promotora de Justiça SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME, referentes ao exercício 2011/2012 estabelecidas pela PORTARIA Nº 2222/2016-MP/PGJ, em 26/4 a 25/5/2016, para gozo no período de 30/5 a 28/6/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 17 de maio de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,

com delegação de Procurador-Geral de Justiça

(PORTARIA N° 4574/2013-MP/PGJ)

PORTARIA N.º 2980/2016-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

I - CONCEDER ao Procurador de Justiça ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, 30 (trinta) dias de férias, referentes ao exercício 1990/1991, e autorizar o gozo no período de 27/4 a 26/5/2016.

II - CONCEDER à Promotora de Justiça DANIELLA MARIA DOS SANTOS DIAS, 30 (trinta) dias de férias, referentes ao exercício 2013/2014, e autorizar o gozo no período de 26/9 a 25/10/2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 18 de maio de 2016.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,

com delegação de Procurador-Geral de Justiça

(PORTARIA N° 4574/2013-MP/PGJ)

Protocolo 966945

PORTARIA N° 018/2016- CGMP/PA

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos Membros do Ministério Público - art. 17, *caput* da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 - Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e art. 30, *caput* da Lei Complementar nº 057/2006, de 06 de julho de 2006 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que, nos termos dos arts. 17, I da Lei nº 8.625/93 e 37, II e 162 da LCE nº 057/2006, incumbe à Corregedoria-Geral do Ministério Público realizar inspeções e correições, como atribuição fiscalizadora da atividade funcional dos membros do Ministério Público;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar inspeções ordinárias nos cargos das Promotorias de Justiça dos municípios de Xinguara, Ourilândia do Norte, Tucumã, Conceição do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia, como forma da atuação de fiscalização e orientação deste Órgão Correcional; bem como visando cumprir com o calendário das inspeções previstas para o corrente ano, e ainda na necessidade de realizar Avaliação do período de Estágio Probatório dos Membros deste *Parquet* que nesta condição se encontram no exercício dos cargos acima mencionados, estando este Corregedor-Geral impossibilitado de executar tal procedimento em razão da necessidade de serviço;